

20 SET 1992

O tijolo ou o aluno?

A pesquisa sobre Indicadores Sociais do IBGE demonstra que, dos 59,7 milhões de crianças e adolescentes brasileiros, nada menos de 32 milhões estão excluídos a priori da modernidade. Vivem no que se poderia chamar de limiar da cidadania, não só por pertencer a famílias com renda média mensal per capita inferior a meio salário mínimo mas principalmente porque para essas crianças a idéia de escola não preenche a expectativa de futuro melhor. De cada mil alunos que ingressem no ciclo do primeiro grau apenas 22% completam a 8ª série. A produtividade do sistema escolar brasileiro portanto não corresponde a nem mesmo um quarto do que dele se esperava. Ou seja: de cada cruzeiro investido em educação desperdiçam-se três quartos do seu potencial econômico.

Há tempos havia indícios de que Educação entre nós havia

deixado de ser instrumento de mobilidade social. Em 1991 um seminário do Banco Mundial apresentou estudo sobre duas gerações dos brasileiros mais pobres: 41,6% deles permaneciam na mesma situação de seus pais, enquanto 11,3% tinham status social pior do que a geração anterior, apesar de a segunda geração ter tido passagem significativamente maior pela escolaridade formal. Agora o IBGE se incumbiu de confirmar que 40% das crianças brasileiras entre dez e 14 anos incompletos, apesar do que determina a Constituição, vão para o mercado de trabalho. É com essa matéria-prima que pretendemos pedir nosso bilhete de ingresso na modernidade.

O presidente do IBGE, Eurico Borba, ao apresentar a pesquisa expressou sua indignação: "Ficar apático diante desses indicadores é muito cinismo". Esse é o ponto. De fato, maior

mesmo que nossa pobreza só o nosso cinismo. Tanto o "oficial" como o da sociedade. Ela encara a Educação como problema do Estado, "pago" pelo imposto já recolhido. O que se observa é que, apesar de 97% das crianças, com famílias na faixa salarial de até dois mínimos, estarem na escola, os responsáveis continuam investindo na construção de prédios, colocando em primeiro lugar o tijolo e depois o aluno.

Enquanto o gerente do Núcleo de Educação do IBGE — que evidentemente não tem obrigações maiores na formulação da política educacional do País — responsabiliza o despreparo do professor neste grande malogro da Educação pública brasileira, o Ministério da Educação pretende chamar um grupo de prefeitos, do interior de São Paulo, municípios curiosamente localizados em bases políticas de deputados federais do

PRN, PTB, PFL e PL, para assinatura de convênios de liberação de verbas destinadas à construção de escolas... Isso em um país que já possui rede física instalada para 97% de seus alunos mais pobres!

Como esperar que se invista em recursos humanos, capacitando-os para o exercício de funções educacionais, se o objetivo deliberado da política posta em prática é confundir Educação com cimento, tijolo e merenda escolar? Essa mistura, que de imediato não é explosiva, produz tanto "bons negócios" como bons votos. Um concurso público, no mês passado, no Rio de Janeiro, reprovou 88,94% dos candidatos, todos professores formados, muitos deles com anos de exercício profissional "provisório" na rede oficial de ensino. Diante desses resultados não fica mais fácil entender por que o Brasil consegue educar apenas 22% de suas crianças?